

Ministro teme que adiamento da votação desaponte o povo

BRASÍLIA — O Ministro-Chefe do Gabinete Civil, José Hugo, afirmou ontem que a decisão do Congresso de adiar o segundo turno de votação da emenda da Constituinte acabará por desapontar o povo brasileiro, que gostaria de ver concretizada o mais cedo possível essa aspiração, que foi uma promessa de campanha eleitoral da Aliança Democrática.

Segundo o Ministro, o Palácio do Planalto não se sente derrotado pelo adiamento, nem vê comprometida a estratégia de convocação da Constituinte, que foi simplesmente adlada por um incidente de percurso, representado pela subemenda de ampliação de anistia aos militares cassados.

— O Congresso agiu soberanamente e o Governo tem certeza de que, na segunda etapa de votação, o substitutivo será aprovado.

Quanto ao Governo, José Hugo afastou qualquer insatisfação do Presidente com o adiamento, afirmando que o povo é que ficará desapontado.

Ficará uma certa frustração, porque a convocação da Constituinte significa o coroamento, um passo

importante da transição política, do regime autoritário para a democracia.

— Então o Congresso agiu em dessintonia com o povo — perguntou um repórter.

— Não, o Congresso é soberano e vai completar a votação — encerrou o Ministro.

● — O Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) disse ontem que a futura Assembléia Nacional Constituinte, mantido o texto do substitutivo do Deputado Walmor Glavarina, terá seus poderes limitados e funcionará como uma esvaziada Câmara, ao lado do Congresso, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ele afirmou que não interessa ao Governo a retirada da expressão "sem prejuízo de suas funções constitucionais" (elaboração de leis ordinárias), constante do substitutivo.

— Essa questão — frisou Bonifácio — é de importância capital para o Palácio do Planalto, que não quer uma Constituinte soberana por ter medo de que ela reduza o prazo do mandato do Presidente Sarney, fixando a data da eleição direta à revelia do Governo. Foi por isso que o Senador Marcondes Gadelha, que presidia a Mesa do Congresso na madrugada de quinta-feira, interrompeu a sessão para evitar que o destaque supressivo requerido pelo PDS fosse aprovado pela Incapacidade da Aliança Democrática de rejeitar a matéria.

Segundo Bonifácio de Andrada, Marcondes Gadelha, assessorado pelo Líder em exercício do PMDB no Senado, Hélio Guelros, aplicou um golpe baixo ao tentar fazer com que a proposta supressiva da expressão em causa fosse rejeitada por maioria simples, o que motivou recurso do Deputado João Gilberto (PMDB-RS) à Comissão de Constituição e Justiça para o esclarecimento do caso.

● Acusado de traidor pelos parlamentares do PDS, o Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, foi o principal alvo das críticas durante a sessão de ontem, em que o assunto dominante foi a votação da emenda da Constituinte. Um dos primeiros oradores, Deputado Bento Porto (PDS-MT), disse que "Ulysses padece da irresponsabilidade e da incompetência política".

O Deputado repudiou o sistema de votação nominal, questionou as frequentes falhas no painel eletrônico e lamentou o corte do jeton, que reduziu os salários dos parlamentares, "por incompetência administrativa e covardia de Ulysses".

— Ulysses, na anistia, votou contra sua própria liderança, deixando Pimenta da Veiga no galho da árvore e sem escada para descer. E ele o responsável pelo esvaziamento e desgaste da Casa. Talvez seja uma esperteza maquiavélica exagerada, talvez o cheiro da Presidência da República seja mais forte que a consciência — disse.

Jaguaribe sugere cassação popular do parlamentar que frustrar eleitor

BRASÍLIA — A instituição de referendo a certas decisões do Congresso e até mesmo a cassação popular do mandato do parlamentar que agir contra o interesse do eleitorado são algumas das sugestões do professor Hélio Jaguaribe, integrante da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, para que o cidadão tenha maior controle sobre o poder efetivo. Em sua opinião, a nova Carta deve também dar mais instrumentos ao Congresso — mediador do controle popular sobre o poder — para que sua fiscalização não seja apenas simbólica.

Para o professor, que está participando das primeiras discussões da Comissão sobre o assunto, existem dificuldades técnicas para a cassação popular dos mandatos, mas o Congresso deve ser efetivamente representativo. Jaguaribe afirmou que as transformações no regime de poder para a nova Constituição exigem uma redução do poder presidencialista e

o aumento dos poderes do Legislativo, numa espécie de parlamentarismo híbrido.

Ao lado do regime de poder, as garantias individuais e o conceito de segurança nacional deverão ser os grandes temas de transformações para a nova Constituição, na opinião de integrantes da Comissão. O jurista Clóvis Ferro Costa, por exemplo, acha que os pontos centrais serão a definição clara dos direitos civis, o aumento das prerrogativas do Poder Legislativo e, principalmente, "a afirmação da natureza civil do poder". O jurista, que é também assessor do Ministério da Justiça, defende uma redefinição do papel das Forças Armadas e do conceito de segurança nacional.

Ferro Costa afirmou que a nova Constituição deve limitar a atuação das Forças Armadas à defesa da soberania nacional, considerando que "a segurança nacional compete ao poder civil e não há necessidade de as

Forças Armadas imiscuirem-se na ordem interna".

O jurista explicou que nas principais democracias do mundo as Forças Armadas têm por atribuição a defesa externa. Apesar de o Brasil ser um país pacífico, afirmou, esta missão é extremamente importante, pois a costa marítima e a fronteira com 14 países da América Latina devem ser resguardadas.

A advogada Florisa Verucci acredita que a nova Carta deve ser mais explícita do que a atual na definição dos direitos e garantias individuais. O princípio da isonomia, por exemplo, da igualdade de sexo, raça e credo religioso e político, deve ser desdobrado em diversos artigos diferentes, em sua opinião. Ela afirmou que, se estas questões forem bem enunciadas na Carta, haverá uma maior abertura para que a lei ordinária garanta seu cumprimento de maneira mais rígida.

Congresso ainda tem que votar a lei dos partidos e o orçamento da União

BRASÍLIA — Orçamento da União, reforma tributária, convocação da Constituinte e nova lei dos partidos são algumas das matérias que exigirão esforço concentrado do Congresso em novembro, pois terão que ser tratadas na atual legislação.

Até 30 de novembro o orçamento terá que ir a plenário — já recebeu parecer da Comissão Mista — porque a Constituição estabelece que se 30 dias antes do encerramento do

exercício financeiro o Legislativo não devolver o projeto-de-lei orçamentária para sanção, este será promulgado como lei.

A reforma também terá que ser votada em segundo turno para vigorar em 86. O "pacotão dos impostos" tem que ser definido antes do processo parlamentar. O prosseguimento da votação da convocação da Constituinte necessariamente terá que ser feito nesta sessão legislativa porque o substituti-

vo Walmor Glavarina prevê nove meses para a desincompatibilização de Ministro de Estado, Secretário, presidente, diretor e superintendente de órgão da administração direta ou indireta.

Da mesma forma, terá que ser votado antes de 15 de novembro o prazo de filiação dos candidatos às eleições de 86. Isso faz parte da nova lei dos partidos, mas por ser matéria ampla e polêmica deve ser votada até o início de novembro.

ANC 38
Pasta 10/85-2
130/1985